

## Nota prospectiva del Cesla, número 11



PUC-SP

**Prof. Dr. Rubens R. Sawaya**

Pontifícia Universidade Católica De  
São Paulo - Programa De Estudos  
Pós-Graduados em Economia  
Política

### Crise no Brasil: econômica, sanitária e política

01/05/2020

#### SITUAÇÃO ATUAL

Os dados sobre a pandemia no Brasil não são confiáveis. Oficialmente seriam 6 mil mortos até o fim de abril, com média de 450 mortes por dia, mas ainda em crescimento. Não há como realizar testes em infectados e muitos estão morrendo sem ser possível saber se foi da doença ou não. Esse fato resulta da incapacidade financeira e operacional dos Estados em testar, dado o bloqueio financeiro do governo federal e da falta de recursos devido à crise econômica que já assola o país há 5 anos. Há desinteresse do Governo Federal em mostrar o verdadeiro volume de mortos e infectados. Estima-se que o volume real de mortos seja de 4 a 6 vezes maior se considerada a elevação média no número de enterros nos cemitérios.

O Presidente da República está muito mais interessado em negar a existência da Pandemia do que em combatê-la. Desde o início foi contra as medidas de isolamento social. Defende ainda em discursos o retorno ao trabalho mesmo com o sistema de saúde quase em colapso. Por isso, o isolamento social nunca chegou à 60%, e tem se mantido em torno de 40% nos dias úteis em São Paulo, a maior cidade e maior centro de infecções. Em capitais menores o isolamento está muito mais baixo. O isolamento social também é baixo por conta das tímidas medidas econômicas adotadas para minimizar o impacto sobre o emprego e a renda, fazendo com que muitas pessoas tenham de fato que trabalhar.

A principal preocupação do presidente tem sido o fracasso em termos de crescimento econômico diante do que havia sido prometido por seus

economistas. Venderam o ajuste fiscal como solução milagrosa focado no corte das políticas sociais, reforma da previdência, flexibilização do mercado de trabalho, privatização e outras políticas que nunca entregaram crescimento econômico. Depois de dois anos de queda no PIB (acumulando -7,5%), a economia estava estagnada com crescimento em torno de 1%.

A taxa de desemprego já era elevada antes da pandemia e, depois de baixar para 11,5%, voltou a superar 12%. Mesmo antes da pandemia, 83% dos trabalhadores (população economicamente ativa é cerca de 100 milhões) estava em situação vulnerável com quase metade na informalidade. Cerca de 80% da população ocupada brasileira é considerada pobre e muito pobre. A renda mensal de 40% das famílias da parte de baixo da pirâmide varia de zero a US\$400,00 por mês, está entre US\$ 400 e US\$600 para os 22% da faixa logo acima, e entre US\$600 e US\$900 por mês para 18% das famílias.

A sorte dos brasileiros foi que, nos últimos 5 anos, os governos – inclusive o atual – não conseguiram desmontar o sistema público de saúde universal como desejavam as políticas de cortes de gastos. O que restou dele, apesar de estar no limite, é o que impede um número maior de mortos, principalmente de baixa renda, de pessoas que não teriam como pagar por assistência de saúde privada. As estatísticas confiáveis ainda não estão disponíveis, mas percebe-se que o volume de atingidos pela pandemia concentra-se cada vez mais nessa população dada a já muito precária condição de existência (habitação, disponibilidade de água e esgoto).

Mesmo a dívida pública, foco central das reformas de antes da pandemia, já vinha crescendo como proporção do PIB e atingia no fim de 2019 quase 80% do PIB, refletindo o fracasso das políticas de corte de gastos. O Presidente, iludido com o ajuste contracionista vendido como “expansionista”, contava com crescimento econômico para garantir sua popularidade. Esta é a única explicação para a posição de negação da pandemia pelo presidente. A Pandemia não apenas atrapalhou a ilusão do crescimento, mas agravou a crise econômica diante da relutância do governo em abandonar as políticas contracionistas. Espera-se uma queda de cerca de 5% no PIB para este ano, mas pode ser maior diante da ação insuficiente do Governo Federal em preservar a renda e o Emprego.

Como se não bastasse a crise econômica que já se desenrola por 5 anos, agravada pela crise de saúde provocada pela pandemia, o Brasil vive uma enorme crise política. A crise política não é resultado específico da pandemia, mas as atitudes do presidente diante dela agravam a situação. Também não é resultado da disputa entre a flexibilização da política de austeridade e o ajuste fiscal, dado que, pelo menos neste momento, grande parte dos economistas, mesmo aqueles que apoiam as políticas de austeridade do Ministro, são a favor de elevação de gastos públicos para não deixar a economia mergulhar em

uma crise mais profunda. A crise política funda-se nas ações concretas do presidente que o tem isolado cada vez mais de seus aliados políticos e das elites que o apoiam.

Desde o início de seu mandato, o presidente demonstra que quer poderes incondicionais. Enfrenta o tempo todo as instituições constituídas, os poderes legislativo e judiciário, ou por conflito de interesses, ou por ferir a própria Constituição. Desde o golpe de 2016, as instituições em geral no Brasil já vinham fragilizadas. Em todas as esferas de poder houve desrespeito ao aparato legal ou à própria constituição por objetivos políticos. A própria Polícia Federal no comando da operação lava-jato – encabeçada pelo juiz Sérgio Moro, ministro da justiça que acaba de se desligar do governo - foi amplamente utilizada por interesses políticos, os mesmos que acabaram por levar Jair Bolsonaro à presidência. Vale destacar que Bolsonaro não era o candidato das frações de classe que detém o poder no país (bancos privados nacionais, empresas estrangeiras e nacionais, agribusiness), mas estes acabaram por apoiá-lo por conta de terem no Ministro da Economia, Guedes, seu representante. As elites dominantes no Brasil sempre viram o presidente com alguém que atrapalha por sua total inabilidade.

A já costumeira ação truculenta e ignorante do presidente, ainda mais agora durante a crise de saúde, soma-se à pressão que vem exercendo para centralizar o poder em torno de si. Atacou os poderes legislativo e judiciário em praça pública ameaçando fechá-los. Esse movimento tornou clara a necessidade e oportunidade de lhe retirar poder ou até de entrar com um processo de impedimento contra ele. O ex-juiz e agora ex-ministro Moro tornou-se o pivô desse processo político, em certa medida em aliança com parte do poder judiciário e legislativo. Se a crise aberta conseguir diminuir a popularidade do presidente que gira em torno dos 30% - formada de apoiadores radicais e violentos -, talvez encaminhem um impeachment; caso contrário, o objetivo será enfraquecê-lo de modo a garantir seu afastamento no pleito eleitoral em 2022. O apoio quase que incondicional de parte da mídia à ação do juiz não deixa dúvidas sobre esses objetivos.

#### MEDIDAS FRENTE À PANDEMIA

Por pressões, principalmente da oposição, o governo criou a política de pagamento de US\$120,00 para cerca de 50 milhões de mais necessitados – precarizados da parte de baixo da pirâmide. Surpreendeu-se com muitas pessoas que nem sabia da existência porque não têm documentos ou conta em banco. Filas se formaram diante das agências de pagamento num movimento arriscado dada a possibilidade de contágio. Isso demonstra o grau de precariedade dessa população.

Se os valores conseguem minorar a situação dessas famílias vulneráveis, são insuficientes para garantir o fluxo econômico, um

mínimo funcionamento da economia, durante a pandemia. O governo não tomou medidas para impedir as demissões em massa. Acreditou que as empresas não demitiram ao autorizar a redução dos salários e da jornada de trabalho.

O governo também distribuiu dinheiro aos bancos privados (baixou o depósito compulsório e recomprou ativos financeiros) com o fim de garantir crédito às empresas e empresários de pequenos negócios para evitar quebras durante a pandemia. Ainda não é possível saber o impacto, mas o desemprego cresceu.

Os bancos privados e as grandes empresas estavam bastante líquidos antes da pandemia e não apresentam riscos. A crise econômica que atinge o país desde 2015 fez com que adotassem medidas de cautela e, por isso, acumularam caixa. De qualquer forma, o impacto sobre esse grupo dependerá da duração da pandemia. E, a duração depende da eficiência no isolamento, única arma que o Brasil dispõe para evitar crescimento no contágio. Como o isolamento tem sido desrespeitado, a duração da crise sanitária pode se estender por mais tempo com reflexos mais profundos sobre a economia.

Outra medida em discussão é a necessária transferência de recursos do governo central (único capaz de emitir moeda ou dívida) para os Estados e Municípios que, por conta da crise dos últimos 5 anos se encontravam em situação fiscal extremamente complicada dada a queda na arrecadação. Incapazes de elevar os gastos e mesmo de cobrir os gastos com a saúde, os Estados solicitam também que seja postergado o pagamento de dívidas passadas junto à União e que sejam liberados recursos no montante das perdas de arrecadação que resultam da paralização das atividades econômicas durante o isolamento social.

As medidas anunciadas alcançariam 3,5% do PIB, mas até hoje só uma pequena parte de fato foi liberada (menos de 1% do PIB). Dada sua timidez, o impacto sobre o fluxo econômico da renda não deve ser significativo, como demonstram a elevação das taxas de desemprego e a queda na atividade econômica. Os reais impactos só serão conhecidos daqui a alguns meses quando e se forem apresentados dados confiáveis, dada a crise política.

Por esses motivos, pelo caos da saúde, econômico e político, a atividade econômica deve ser mais duramente afetada e sua recuperação mais lenta.

## CONCLUSÕES

Parece que está instalada uma tempestade perfeita no Brasil. Crise política, de saúde e econômica se conjugam. Não é por menos que a pandemia se alastra de forma acelerada pelo país. O presidente, ao querer demonstrar poder, incentiva as pessoas a saírem do isolamento com consequências graves para um país que não tem como testar a população. O isolamento falho, abarrotou o sistema de saúde e eleva o

número de mortos. Por conta exatamente disso, retardará a reabertura da economia e, portanto, uma possível retomada na atividade econômica. Atrapalham ainda a retomada o estrago que a pandemia está fazendo sobre a atividade econômica ao o governo não adotar medidas mais contundentes para manter o nível de atividade.

As medidas de compensação de renda são pequenas e não atingem as pequenas e médias empresas; a tentativa de irrigar o sistema pelo crédito privado não tem sido eficiente, dado o risco de crédito que orienta a ação dos bancos privados – por isso se retraem e retêm a liquidez. O nível de desemprego tem crescido e muitas empresas pequenas e médias podem quebrar. As grandes empresas e os bancos estão bastante líquidos para aguentar a pandemia.

Como se já não bastasse a crise da pandemia e seus reflexos negativos sobre a atividade – em se mantendo a equipe econômica – Guedes e sua equipe prometem, após a crise, voltar às políticas restritivas para novamente tentar trazer a relação da dívida pública com o PIB para baixo. Se isso prevalecer, o desastre será maior ainda, repetindo os 5 últimos anos, quando a dívida/PIB se elevou para 80% com forte retração na atividade econômica e desindustrialização, só que agora com uma relação dívida/PIB talvez em 100% após a pandemia.

Não se sabe o que sobrar no final. Alguns economistas que defendem as políticas de austeridade já estão repensando sua posição aliando-se aos que avisavam que só o crescimento econômico pode diminuir a relação dívida/PIB. Para tanto, seria necessário inverter a política com uma ação forte do Estado em investimentos públicos para tirar a economia do buraco em que se encontra há 5 anos. De qualquer forma, tudo depende de como se desenrolará a crise política.

**Las opiniones vertidas en este informe son responsabilidad del equipo técnico que elabora el informe y no representan a las instituciones individuales que integran el Círculo de Estudios Latinoamericanos –CESLA–.**